



ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA

PORTARIA DIRINT Nº 22/ASS DIRET, DE 29 DE ABRIL DE 2013.

Reedita a Portaria que dispõe sobre a descentralização de recursos orçamentários destinados à Alimentação de Pessoal, no exercício de 2013.

O DIRETOR DE INTENDÊNCIA, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso III, do Art. 11 do Regulamento da Diretoria de Intendência, aprovado pela Portaria nº 317/GC3, de 16 de março de 2005; com base no disposto na Portaria nº 3374/SC-5, de 27 de novembro de 1990, do EMFA, alterada pela Portaria nº 963/SELOM, de 9 de agosto de 2005; em cumprimento à Portaria Normativa Nº 1.233/MD, de 25 de abril de 2013, e considerando:

- Que os recursos de etapas de alimentação são do Grupo “Outras Despesas Correntes e de Capital” (OCC);

- A necessidade de recompor os estoques de gêneros alimentícios das Organizações Militares (OM) do Comando da Aeronáutica (COMAER) com o escopo de melhorar a qualidade da alimentação do efetivo; e

- A necessidade de dar conhecimento aos Agentes da Administração envolvidos na gestão do Sistema de Subsistência do COMAER da rotina de descentralização dos recursos relativos às etapas de alimentação, resolve:

Art 1º Para efeito de cálculo do valor a ser descentralizado referente ao efetivo arranchado de todas as OM do COMAER, será adotada a seguinte sistemática, no exercício de 2013:

TABELA 1

Todas as Organizações Militares, exceto BABV, BAMN, BAPV, CLA e CPBV

Público Alvo	Efetivo Total (A)	Etapas Vigentes	Complemento Alimentar Tipo 1	Etapas Complementadas (B)	Dias de Saque (C)	Resultado (AxBxC)
Militares e Civis conforme ICA 145-6/2008	X	4,77	1,23	6,00	Conforme § 1º do Art. 1º	R\$ 6,00

TABELA 2

CLA, CPBV, BABV, BAMN E BAPV:

Público Alvo	Efetivo Total (A)	Etapas Vigentes	Complemento Alimentar Tipo 2	Etapas Complementadas (B)	Dias de Saque (C)	Resultado (AxBxC)
Militares e Civis conforme ICA 145-6/2008	X	4,77	2,23	7,00	Conforme § 1º do Art. 1º	R\$ 7,00

§ 1º Para os dias de saque das Escolas, Hospitais e GIA-SJ será considerado o mês de 30 (trinta) dias. Nas Organizações não classificadas como Escolas, mas que possuem cursos permanentes de formação, serão sacados 30 dias proporcionais ao número de instrutores e alunos existentes, sendo que para o restante do efetivo o saque será de 24 (vinte e quatro) dias. Para as demais Organizações Militares serão considerados 24 (vinte e quatro) dias.

§ 2º Para o Campo de Provas Brigadeiro Veloso (CPBV), Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), Base Aérea de Boa Vista (BABV), Base Aérea de Porto Velho (BAPV) e Base Aérea de Manaus (BAMN), deverá ser considerado o valor da etapa complementada de R\$ 7,00 (sete reais).

§ 3º No caso do parágrafo anterior, o VI COMAR, Unidade Alimentadora do CPBV, deverá providenciar Requisição Complementar acompanhada de relação nominal, apenas da diferença de valores, para os militares do seu efetivo que estejam prestando serviço naquele Campo de Provas, bem como realizar ajuste para os militares de outras Unidades, ali destacados, observado o § 3º, Art. 2º desta Portaria.

Art. 2º. As solicitações de ajustes deverão ser feitas mediante as condições estabelecidas nesta Portaria e de acordo com o modelo disponibilizado na página da SDAB na INTRAER. Qualquer solicitação fora do modelo previsto não será processada.

§ 1º No caso de militares do efetivo de uma OM que realizarem refeições em outra OM, a Organização que fornecer a alimentação deverá solicitar o ajuste de etapas à SDAB e emitir mensagem COMUNICA/SIAFI às Unidades interessadas (OM, SDAB e SEFA).

§ 2º Para o preenchimento da requisição de ajuste, considera-se:

I - OM ALIMENTADORA: aquela onde o militar faz as suas refeições habituais, isto é, a OM em que o militar consta da Relação Analítica de Rancho (RAR);

II - OM ALIMENTADA: aquela onde o militar serve, ou seja, a que é apoiada oficialmente pela OM Alimentadora; e

III - OM REQUISITANTE: aquela onde o militar se alimenta eventualmente.

§ 3º Caso os militares recebam diárias para o cumprimento de alguma missão, a OM que fornecer a alimentação deverá ser indenizada no ato do atendimento, de acordo com os valores da etapa complementada. Incluem-se neste caso os militares desarranchados e os civis que recebam algum tipo de auxílio alimentação.

§ 4º Quando ocorrer a indenização de que trata o parágrafo anterior, o valor da refeição a ser cobrado será o valor da etapa complementada praticado à época da indenização para aquela localidade.

§ 5º Os militares inativos e dependentes/pensionistas de militares não fazem jus à alimentação, devendo, quando internados ou na condição de acompanhante em OM de Saúde do COMAER, indenizar a referida unidade hospitalar, conforme o valor da etapa complementada praticado à época da indenização para aquela localidade.

§ 6º Os recursos decorrentes da indenização de que tratam os parágrafos 3º e 4º serão recolhidos no prazo e na forma prevista no Manual de Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial do COMAER (MCA 172-3), e aplicados, obrigatoriamente, para reposição do estoque do Serviço de Subsistência.

§ 7º As solicitações de ajustes mensais, acréscimos ou abatimentos entre as OM deverão ser comunicadas à SEFA, SDAB e OM interessada, observando o §1º do art. 2º. A mensagem COMUNICA/SIAFI deverá ser emitida logo após o fato gerador e anexada à documentação comprobatória, que deverá dar entrada na SDAB até o dia 20 (vinte) do mês subsequente, conforme art. 8º desta Portaria, para possibilitar o atendimento na próxima descentralização mensal. Caso haja ausência da referida mensagem informativa, a solicitação de ajuste não será considerada para os devidos lançamentos.

§ 8º Serão processadas apenas as solicitações de ajustes, acréscimos e abatimentos, com até 02 (dois) meses do fato gerador.

§ 9º Após a descentralização mensal de crédito de alimentação, todas as OM serão informadas, por meio de mensagem COMUNICA/SIAFI, de todo o detalhamento (RAR, acréscimos, abatimentos) processado no mês.

Art. 3º Se o objeto da solicitação não se referir a ajuste entre as OM, estas deverão providenciar as requisições complementares mensais, utilizando-se do modelo disponibilizado na INTRAER, por meio do Portal da SDAB, com os acréscimos e abatimentos eventuais e os correspondentes saques de etapas publicados em Boletim Interno da Unidade.

Parágrafo único. As requisições deverão dar entrada na SDAB até o dia 20 (vinte) do mês subsequente, para possibilitar o atendimento na próxima descentralização mensal.

Art. 4º A SDAB fará a análise técnica de todas as requisições de ajuste e complementares recebidas das OM. Após a análise e a conferência das requisições, e com base na RAR, a SDAB preparará o Mapa Mensal de Descentralização de Créditos e a Planilha de Descentralização/Remanejamento de Créditos.

Parágrafo Único. Solicitações extraordinárias de descentralizações referentes aos recursos para alimentação de pessoal somente poderão constar da Planilha de Descentralização/Remanejamento de Créditos após a aprovação do Subdiretor de Abastecimento.

Art. 5º A SDAB encaminhará à SEFA (SUFIN - 2), via correio eletrônico, até o terceiro dia útil do mês, a Planilha de Descentralização/Remanejamento de Créditos, visando à descentralização dos recursos financeiros.

Art. 6º As requisições complementares serão atendidas de acordo com a disponibilidade de recursos para a alimentação.

§ 1º As requisições complementares visam ao atendimento de despesas para suprir necessidades nutricionais:

I - das Escolas, Hospitais e Unidades Centrais de Produção designadas para apoio a operações militares por intermédio do MAPRE e do RODOMAPRE;

II - de lanches tipo 1, 2 e 3, bem como aquelas ocorridas com visitas e comitivas de pessoal que não constem nas RAR das Organizações do COMAER;

III - com militares recém incorporados e ainda não incluídos na folha de pagamento e respectiva RAR;

IV - com civis inscritos em concursos, em concentração, testes ou exames programados pelo COMAER, Exército, Marinha ou Ministério da Defesa; e

V - demais civis, conforme item 6 da Portaria nº 3.374/SC-5, de 27 de novembro de 1990, do EMFA.

§ 2º O valor unitário do Lanche de Bordo/Apoio a ser contabilizado em requisição específica será o mesmo da etapa complementada prevista no Art. 1º desta Portaria, conforme a localidade.

Art. 7º O Gestor de Subsistência, o Agente de Controle Interno (ACI) e o Ordenador de Despesas deverão fazer o acompanhamento diário das receitas e despesas com alimentação de pessoal por meio do Sistema Integrado de Abastecimento (SIA Alimentação - antigo SISUB-WEB) e do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI).

§ 1º Todo material que entra ou sai do depósito deverá ser contabilizado no momento da ocorrência, por meio da leitura do código de barras, cuja utilização é obrigatória para todos os ranchos organizados.

§ 2º Caso a Organização disponha de despensa para o uso diário, a baixa deverá ser efetuada no dia anterior, com data de valorização para o dia em que o material será utilizado para a alimentação.

§ 3º Os materiais destinados ao consumo nos refeitórios e nos leitos hospitalares, bem como nos lanches, deverão ter sua Guia de Consumo separada por tipo de refeição, isto é, café, almoço, jantar, ceia e lanches.

§ 4º As baixas extras deverão especificar o setor de destino, a fim de não prejudicar a apuração do custo da etapa diária praticada.

§ 5º Deverão ser lançadas no SIA - Alimentação, diariamente, as quantidades de pessoas que frequentaram os refeitórios ou receberam alimentação nos hospitais.

§ 6º O relatório sintético de consumo de materiais gerado pelo SIA Alimentação deverá ser emitido diariamente e encaminhado para a conferência e assinatura do ACI.

§ 7º O fechamento do mês no SIA Alimentação deverá ocorrer no último dia útil do mês, podendo se estender, no máximo, até o terceiro dia útil do mês subsequente, caso seja necessário.

Art. 8º Os balancetes de Prestação de Contas de Subsistência deverão dar entrada na SDAB, impreterivelmente, até o dia 20 (vinte) do mês subsequente e remetidos, preferencialmente, via SEDEX.

Art. 9º Não está dispensada a confecção da documentação de rotina já estabelecida para a conferência e composição do Balancete de Prestação de Contas, devendo ser emitida em até 24 (vinte e quatro) horas do ato administrativo realizado e arquivada na Unidade.

Art. 10 Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação no Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA), com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2013, conforme Portaria Normativa Nº 1.233/MD, de 25 de abril de 2013.

Art. 11 A presente Portaria revoga a Portaria nº 35/DIRINT, de 21 de dezembro de 2011.

Maj Brig Int MANOEL JOSÉ MANHÃES FERREIRA
Diretor de Intendência